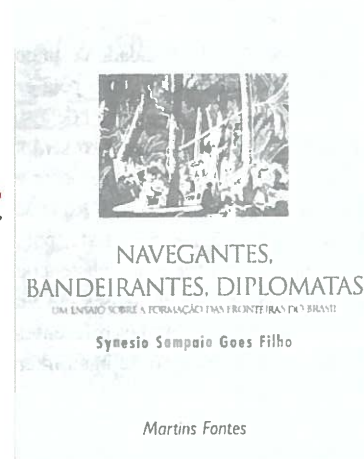




Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas

Celso Lafer

Synésio Sampaio Goes Filho
 – um ensaio sobre a formação
 das fronteiras do Brasil
 São Paulo: Martins Fontes, 1999



Uma das singularidades do Brasil no mundo é a sua dimensão continental. Esta dimensão também caracteriza outros países como a China, a Índia, a Rússia, os EUA, o Canadá e a Austrália. No entanto, estes países são muito diferentes do Brasil, inclusive do ponto de vista da construção dos respectivos espaços nacionais e do impacte desta construção na vida internacional. A especificidade geográfica do Brasil como um país de escala continental é o resultado de um processo histórico. São justamente as características deste processo, como realça no prefácio Arno Wehling, aquilo que Synésio Sampaio Goes Filho examina e discute, de maneira superior, no seu livro.

Navegantes, bandeirantes e diplomatas são os três agentes sociais responsáveis pela formação das fronteiras do país que é hoje o Brasil, como mostra o autor no seu livro, fruto de cuidadosa pesquisa e acurada reflexão. Por essa razão, como apontou Francisco Iglésias, delas resulta não uma narrativa, mas “entendimento e interpretação do processo”.

Este processo inicia-se com as descobertas do continente, que estão na raiz da expansão do universo económico europeu, cabendo destacar o apuro histórico com o qual Goes Filho, na primeira parte do livro, discute as rivalidades ibéricas, as navegações portuguesas, os temas clássicos da prioridade e da intencionalidade do descobrimento e a moldura diplomática criada pelo Tratado de Tordesilhas.

A sequência do processo é a ocupação do território brasileiro, feita em torno das bandeiras, que superaram os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Nesta segunda parte é modelar o equilíbrio com o qual o autor extrai o essencial das fontes e das distintas e contraditórias análises históricas,

Celso Lafer, Professor-Titular da Faculdade de Direito da USP

enriquecendo o significado da “atração do sertão” e a relação entre a acção local e o papel da Coroa portuguesa. O autor discute igualmente as distinções entre a “fronteira desejada” do rio da Prata, “a fronteira conquistada” do rio Amazonas e a especificidade das monções que estão na base de ocupação do Oeste.

A terceira parte do livro examina o papel que tiveram os diplomatas na consolidação pacífica das fronteiras do Brasil, tendo como base a prévia ocupação do território. Discute em primeiro lugar a herança portuguesa, fruto do Tratado de Madrid de 1750, obra de Alexandre de Gusmão – o avô da diplomacia brasileira, como o qualificou A.G. de Araújo Jorge. O Tratado de Madrid representou, juridicamente, a superação do Tratado de Tordesilhas e criativamente consagrou duas regras básicas para delimitar as imensas áreas coloniais do centro da América do Sul: a efectividade da ocupação através do *uti possidetis* e as fronteiras naturais.

No Império, coube a Duarte da Ponte Ribeiro, a primazia de, valendo-se da herança portuguesa, aconselhar em 1837 o uso do *uti possidetis* como critério para solucionar problemas de limites. O *uti possidetis* passou a ser a norma geral da diplomacia imperial em 1849, na gestão da pasta dos Negócios Estrangeiros pelo futuro Visconde do Uruguai (1849) e coluna básica de uma construção doutrinária, exposta em 1857 pelo visconde do Rio-Branco. O autor aponta, com toda justiça, o papel menos conhecido nos círculos não especializados de Duarte da Ponte Ribeiro como diplomata – prático e actuante – da maior relevância no processo de consoli-

ção jurídica das fronteiras do Brasil. Estuda igualmente o importante legado do Brasil Império na construção do “corpo da pátria”, para valer-me do título do recente livro de Demétrio Magnoli.

O fecho da terceira parte do livro dá conta da extraordinária obra do barão do Rio-Branco, que equacionou por meios jurídicos e diplomáticos o que faltava – que não era pouco – para definir o mapa do Brasil. A obra de Rio-Branco é, à luz da multiplicidade dos nossos vizinhos, um feito na história das relações diplomáticas e representa o fecho pacífico do processo histórico analisado por Goes Filho. É por conta deste fecho pacífico de um processo histórico que o Brasil está à vontade e em casa no seu entorno regional sul-americano, o que contrasta com a realidade de outros países continentais, como a Rússia, a China e a Índia.

Permito-me concluir recorrendo a observações feitas por Gilberto de Mello Kujawski, sobre erudição e cultura, no seu recente livro *O Sabor da Vida*, ao apontar como Mommsen logrou organizar de forma inteligível a enorme massa de informações acumuladas sobre Roma, estudando as variações do Direito Romano no curso do tempo. Desta forma transformou um saber extensivo num saber reflexivo, compreensivo e hermenêutico. Adoptando um procedimento do mesmo tipo, Goes Filho, ao estudar em conjunto navegantes, bandeirantes e diplomatas, organiza o conhecimento histórico e oferece-nos uma chave importante para a compreensão e o entendimento do Brasil. 